

O CENTRO ACADÊMICO "JOSE BOITEUX" CONGREGANDO EM OBRA DE INTELIGÊNCIA E CULTURA OS ESTUDANTES DA JÁ VITORIOSA ACADEMIA DE COMÉRCIO, SERVE DEDICADAMENTE À TERRA BARRIGA-VERDE. MANDO-LHE, POR ISSO, OS VOTOS POR QUE PROSSIGA CORAJOSAMENTE A CAMINHADA QUE SERÁ, POR CERTO, APLAUDIDA E HONRADA DOS HOMENS DE PENSAMENTO E DE FÉ.

NEREU RAMOS



O Acadêmico

Órgão oficial do Centro Acadêmico «José Boiteux»
ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

REDATORES:

HAMILTON ABADE FERREIRA
ACÁCIO GARIBALDI F. SANTIAGO
TÚLIO PINTO DA LUZ

Diretor: OSMAR CUNHA

Gerente: EUCLIDES FERNANDES

ANO I

FLORIANÓPOLIS, 13 DE DEZEMBRO DE 1945

No. 4

O Centro Acadêmico José Boiteux, congregando em obra de inteligência e cultura os estudantes da já vitoriosa Academia de Comércio, serve dedicadamente à terra barriga-verde. Mando-lhe, por isso, os votos por que prossiga corajosamente a caminhada que será, por certo, aplaudida e honrada dos homens de pensamento e de fé.

*Abade - H, para você,
e todos por que prossiga corajosamente a caminhada que será, por certo, aplaudida e honrada dos homens de pensamento e de fé.*

Euclides

A NOSSA RECOMPENSA

“Labor omnia vincit”. O trabalho vence tudo.

O Centro Acadêmico “José Boiteux” está vitorioso e quem o diz é o eminente estadista Dr. Neréu Ramos:

“O Centro Acadêmico “José Boiteux”, congregando em obra de inteligência e cultura os estudantes da já vitoriosa Academia de Comércio, serve dedicadamente à terra barriga-verde.

Mando-lhe, por isso, os votos por que prossiga corajosamente a caminhada, que será, por certo aplaudida e honrada dos homens de pensamento e de fé”.

* * *

São palavras que definem uma geração que trabalha e quer vencer, que tem os seus ideais alevantados para um Brasil melhor, que estabelece normas de um programa e traça rumos.

O Brasil viverá e vencerá porque tem filhos, muitos filhos que se propõem a defendê-lo com a sua honra e a sua inteligência; o Brasil tem homens que constroem

para o futuro, prevendo o papel importante que ele terá na reconstrução de um mundo melhor dirigido, onde as forças do mal não subsistirão.

O Brasil será uma nação de imprevisível força econômica.

O Centro Acadêmico “José Boiteux” há muito que o compreendeu e, por isso mesmo, se propôs a estudar todos os seus problemas.

Representando uma classe que propugna pela aplicação dos modernos princípios formou ao lado dos pais de economia, “O Acadêmico de ciências econômicas de Santa Catarina pela certeza dos seus princípios, pela convicção de seus ideais.

* * *

O Centro Acadêmico “José Boiteux” compreenderá, pelos que os dirigem no momento, e por aqueles que os sucederem, as palavras de Neréu Ramos e prosseguirá “corajosamente a caminhada, que será, por certo aplaudida e honrada dos homens de pensamento e de fé”.

A Política deflacionária do Brasil

OSMAR CUNHA

Segue o governo brasileiro, neste instante decisivo da nação, uma política, pelo menos aparentemente, deflacionária? Parece que sim.

O Ministro Pires do Rio, segundo as mais recentes declarações da imprensa carioca resolveu, a todo custo e a qualquer preço sustar as emissões, ao mesmo tempo que autorizava a venda do ouro.

Medidas, a nos-o ver, duplamente, perigosamente, deflacionárias.

Senão vejamos.

Sustemos as emissões de uma só vez, repentinamente. Conseqüência: limitação do crédito, abalo econômico de grande efeito e conseqüente restrição da produção. Queda de preços brusca e desproteção aos pequenos produtores.

A lavoura e a indústria não poderão ser financiadas porque os bancos, naturalmente, farão restrições. Estará por terra a política estimulante de Getúlio Vargas, de recuperação econômica do homem do campo. O papel emitido em troca do trabalho da lavoura, não é papel é trigo, é batata, é feijão, é café, é algodão!

É doutrina econômica moderna; é o produto lastreando o papel como o ouro garante, ilusoriamente, a circulação monetária.

E, por outro lado, o ouro posto à venda não estravasará para o exterior? Não será o retorno da garantia ao povo que, assim, ficará, proporcionalmente, desprotegido do papel em circulação?

Certamente que sim.

É, pois, uma política inflacionária real que, entretanto, causará como conseqüência uma tremenda deflação, uma deflação perigosa, possivelmente anti-econômica e que, talvez, acarrete sérios prejuízos nos setores mais importantes da vida brasileira.

As conseqüências já estão à vista. Os estoques de café e algodão, segundo o noticiário que nos chega, não tem sido negociados. Há retração geral. O papel faltará para ser trocado pelo café, pelo algodão...

Liamos, há pouco: “a inflação não é um fenômeno brasileiro; todos os países, sem exceção, aumentaram, enor-

mente, no período bélico, as suas emissões. Muitos países com bem maior experiência e tradição financeira e econômica que a nossa, nos ultrapassaram de longe não podemos comparar o Brasil de trinta anos atrás com o Brasil de hoje. Estamos vivendo no tempo da bomba atômica, toda a nossa economia mudou; criaram-se indústrias, nasceram problemas novos, vieram exigências de acordo com a nossa potencialidade”.

Não podemos parar da noite para o dia.

Asfixiar a lavoura, a indústria, o comércio é querer perder a paz depois de ter ganho a guerra”.

Precisamos sair da econo-

mia de guerra, é bem verdade, mas não no dia em que a guerra terminar, mas gradualmente, pela diminuição relativa das emissões até à sua completa normalização; moderadamente, pelas próprias importações que exigirão um retorno muito grande de divisas do exterior.

É esse retorno, a nosso ver, será enorme, tão grande que abarrotarão os bancos de papel moeda, sem a necessidade da venda do lastro-ouro.

Se, ainda em tempo, adotarmos essa política deflacionária a economia brasileira normalizar-se-á. Não haverá crises econômicas. Haverá, isso sim, uma boa moeda; haverá o bem estar do povo brasileiro!

**Assim falou BATISTA PEREIRA,
Presidente da A. C. I.**

“O “Acadêmico” é um jornal muito bem feito. Ótima colaboração, caprichosa distribuição da matéria, o órgão dos estudantes da Academia de Comércio é, a meu ver, o melhor de quantos jornais escolares já apareceram no nosso meio. — *J. Batista Pereira*”.



Dr. Nestor Carneiro



Foi, sempre, um dos bons alunos da Academia de Comércio de Santa Catarina. Ali fez quasi todos os seus cursos, entre os quais: Propedêutico, Contador e Economista. Dedicar-se, no momento, ao comércio, gozando de grande conceito.

Dr. Oscar Zommer



Bacharelou-se em ciências e letras pelo Ginásio Catarinense. Obteve o diploma de contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina. Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Dr. Elias Mansur Elias

Curso o Ginásio Catarinense. Obteve o diploma de contador

Dr. Theobaldo Ulysséa Teixeira



Diplomou-se em ciências e letras pelo Ginásio Catarinense.

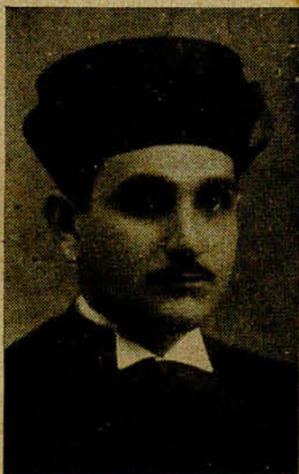
Obteve diploma de contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

É funcionário de categoria do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

pela Academia de Comércio de Santa Catarina. Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Dirige com grande proficiência um dos grandes estabelecimentos desta capital, do qual é proprietário.



Dr. Wilson Andriani Dr. Ivo Reis Montenegro



Obteve diploma de Bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio Catarinense.

Tornou-se contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Exerce funções na administração federal.

Dr. Ernesto Alberto Riegenbach



Fez o curso ginasial no Colégio Catarinense. Frequentou o Curso de Contador da Academia de Comércio de Santa Catarina. Em 1943 submeteu-se a exames vestibulares ingressando no Curso Superior de Administração e Finanças.

É sócio gerente de uma das maiores firmas exportadoras de nesse Estado.

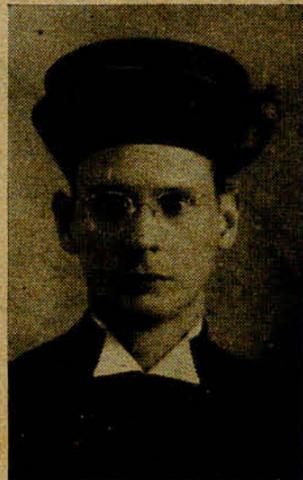


Obteve o título de bacharel em ciências e letras pelo artigo 100, em Curitiba.

Graduou-se contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina. Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

É, atualmente, alto funcionário da fazenda estadual.

Dr. Luiz Eugênio Beirão



Fez o curso propedêutico e o de contador na Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Conhecedor de sua profissão, nela se dedica com grande empenho. É funcionário da Sul América, nesta capital.

Dr. Mário Laurindo



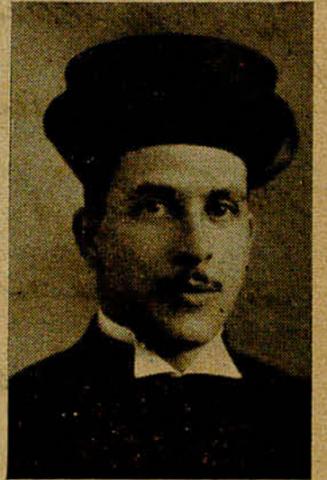
Curso o Ginásio Catarinense, onde se bacharelou em ciências e letras.

Curso a Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

É o orador da turma.

Dr. Ruben Lyra



Deve, como muito outros da turma, grande parte de seus estudos à Academia de Comércio de Santa Catarina onde fez os cursos propedêutico e de contador.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Dr. José Vieira Dutra



Quasi todos os seus estudos foram feitos na Academia de Comércio de Santa Catarina, pois, ali, fez os cursos: Propedêutico e Ciências Econômicas.

Dr. Celio Ferrari



Fez o curso ginasial no Colégio Catarinense.

Tornou-se contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina, ingressando, mais tarde, no Curso de Ciências Econômicas.

O Convite dos Bacharéis em Ciências econômicas

Os Bacharéis em Ciências Econômicas de 1945 — Primeira turma de Santa Catarina — sentir-se-ão honrados com a presença de V. Excia. e Exma. família às solenidades de sua formatura.

Dia 13 de dezembro, às 8 horas: Missa em ação de graças pela conclusão do curso, celebrada na Catedral Metropolitana por S. Excia. Revma. D. Joaquim Domingues de Oliveira.

Às 20 horas: Cerimônia da Colação de Grau no Palácio da Assembléia Estadual.

Dia 15 de dezembro, às 22 horas: Baile nos salões do Clube Doze de Agosto (Traje de rigor).

PARANINFO

Prof. Orlando Brasil.

HOMENAGENS

- Dr. Luiz Gallotti — Interventor Federal.
- Dr. Nerêu Ramos — Ex-Interventor Federal.
- Prof. Dr. Henrique Stodiek.
- Prof. Dr. João Batista Bonnassi.
- Prof. Dr. Lindolfo A. G. Pereira.
- Prof. Dr. Milton Leite da Costa.
- Prof. Dr. Othon Gama D'Eça.

BACHARÉIS DE 1945

Hela Fanny Kather, Aécio Cabral Neves, Alfredo Pinheiro, Celio Ferrari, Christóvão Nunes Pires, Dioscórides de Mello, Elias Mansur Elias, Ernesto Alberto Riegenbach, Ivo Reis Montenegro, José Vieira Dutra, Luiz Eugênio Beirão, Mário Laurindo (orador), Nestor Carneiro, Oscar Zommer, Osmar Cunha, Paulo Otto Schedemantel, Procópio Dário Ouriques, Ruben Lyra, Theobaldo Ulysséa Teixeira, Walter Kuenzer, Wilson Andriani.

O Centro Acadêmico "José Boiteux" e suas realizações

Não podíamos, quando estamos a encerrar o ano letivo de 1945, deixar de fazer as necessárias referências ao Centro Acadêmico "José Boiteux", reorganizado em meados de maio.

Esse vitorioso órgão de classe se impôs, sem nenhuma dúvida, aos seus congêneres do

O Centro Acadêmico "José Boiteux" está vitorioso.

Entre as múltiplas realizações e trabalhos, representações e recepções que o Diretorio realizou citaremos algumas que repercutiram favoravelmente em nosso meio.

Em julho o Centro se fez representar pelos atuais doutorandos de finanças, srs. Osmar Cunha e Luiz Borja, no Oitavo Congresso Nacional de Estudantes e do que foi a nossa embaixada a imprensa local e da Capital Federal deram notas de relêvo do brilhantismo da atuação não somente em numerosos discurso de plenário, na reforma dos Estatutos da União Nacional de Estudantes, na defesa de teses, entrevistas aos grandes jornais locais "A Noite", o "Diário Carioca" e "Diário de Notícias".

O nosso colega Osmar Cunha, diretor desta folha, defendeu a brilhante tese "Gratuidade do Ensino Secundário", recomendada pela comissão apuradora de seis Estados, ao srs. Presidente da República e Ministro da Educação.

Igualmente a nossa delegação estudou e apresentou,

também, ao sr. Ministro da Educação um memorial assinado pelos representantes das Faculdades de Ciências Econômicas de todo o país.

O Centro Acadêmico realizou, ainda a bellissima e inesquecível "Festa Cigana", nos salões do aristocrático Lira Tennis Clube Florianópolis.

Foi, nessa mesma ocasião, em pleito memorável eleita Rainha da Academia de Comércio de Santa Catarina a

gentilíssima senhõrta Wilma Moritz.

Essa grandiosa festa, segundo a crônica local foi a que melhores recordações deixou no ano de 1945, na sociedade florianopolitana.

Não bastasse fatos tão concretos e decisivos nos meios universitários de Santa Catarina, enumeramos, ainda o aparecimento de "O Acadêmico" no periodismo barrigaverde, que veio dar nova feição à imprensa do gênero.

O Centro Acadêmico "José Boiteux" teve seus estatutos publicados pela Imprensa Oficial do Estado e já foram registrados no cartório competente, estando, pois, legalmente, constituído.

Foi fundada na Academia de Comércio de Santa Catarina a biblioteca "Professor Fernando Machado".

A iniciativa do nosso Centro Acadêmico teve ampla repercussão nos meios intelectuais e a campanha pró-biblioteca prossegue vitoriosa.

E, ao terminar, devemos dizer da acolhida que o nosso Centro Acadêmico teve na Academia de Comércio de Santa Catarina.

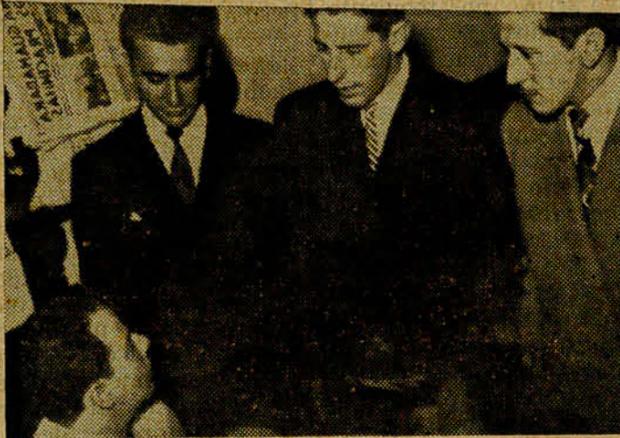
Nem um único aluno do Curso Superior de Administração e Finanças e do Curso de Contador deixou de se inscrever como sócio. Assim o número de sócios do Centro Acadêmico "José Boiteux" é igual ao número de alunos dos referidos cursos.

O Centro Acadêmico "José Boiteux" está, definitivamente, vitorioso.



Wilma Moritz, rainha da Academia de Comércio

país, sendo conhecido nos mais remotos estados da federação pelo intercâmbio que mantem com os diretórios acadêmicos de todos os estados brasileiros.



Os representantes do Centro Acadêmico Osmar Cunha e Luiz Borja falando à "Folha Carioca" por ocasião do VIII Congresso Nacional de Estudantes

OURO EM PO

ASSIS CHATEAUBRIAND

Estará certo o governo em despojar-se de algumas toneladas de ouro das reservas acumuladas, nos últimos sete anos para fazer face às despesas oriundas do abono feito ao funcionalismo? O papel feito pelo governo provisório, com o funcionalismo é justo e bonito. Valerá, entretanto, a pena rifar ouro, quando com moeda mais barata se poderia chegar a idêntico resultado?

Se o caso diz respeito com a escassez da moeda, é indispensável declarar que a venda do metal aurífero apenas agrava a situação. Quem tem cruzeiros nos bancos vai buscá-los para fazer a troca pelo ouro. Ora, o de que toda gente se está queixando é da fuga do cruzeiro das caixas dos Bancos, simultaneamente com a procura cada vez maior dele para as transações normais do comércio, da indústria, etc. Estamos com duas safras às portas, além de que a intensificação da colheita de cereais determina uma procura de numeração, a qual o governo não está satisfazendo através do canal de suprimento de crédito exclusivo do Banco do Brasil.

Logo, a crise, em vez de mitigar, só tende ao agravamento. Porque os particulares, seduzidos pelo fetichismo do bezerro de ouro, a pequena cria do rebanho do nosso amigo dr. Guilherme Silveira, vão buscá-lo sem tardança. Quem não adora Baal, podendo recebê-lo em caça e escondê-lo em forma de barra?

A saída dos depósitos dos bancos só faz enfraquecer-lhes as disponibilidades para a aplicação nas operações do comércio, da indústria, da lavoura e da pecuária. Achamo-nos em presença de um fenômeno bem estravagante. Os Bancos, vendo contraídas as suas caixas, naturalmente deixam de operar em negócios, ainda que reprodutivos. Recusam-se cruzeiros aqui em S. Paulo a que houver de legítimo, como negócio. A causa? Apenas escassez de numeração. Deixando de existir financiamento para negócios que se destinam a alimentar a riqueza paulista cai naturalmente o valor físico das safras, da produção industrial e do comércio do país. Consequentemente, melhoram as condições propícias a inflação dos preços, se assim podemos dizer. Melhor produção e muito dinheiro em estado potencial (de que existem entre 5 e 6 bilhões de cruzeiros enfiados, que um dia ou outro aparecerão) — eis o caminho ideal, para obter a política contrária à que está procurando o ministro da Fazenda.

A produção brasileira se encontra, neste momento, em afluente

postura, porque o crédito é escasso, quando não falta, e não há quem o esteja encorajando do lado do governo. Pelo menos no teatro da batalha da produção paulista o Banco do Brasil sozinho não dá conta do recado. Os seus tributários, que são os Bancos particulares, precisam entrar na refrega. Como, porém, reclamar a ação desses carabineiros, se lhes mingua a pólvora nos países? Quando já se viu soldado atirar sem balas, ou lutar combates contra um inimigo poderoso, com pouca munição?

Agora mesmo as associações agro-pecuárias se exasperam contra a demora posta no financiamento das atividades ligadas à execução do Plano de Emergência. Prometeu-se apoio a quem plantasse e a quem criasse. Crias e carcos de milho, feijão e arroz andam pelos campos sem que os produtores dessas riquezas consigam o crédito suficiente e barato afim de avimentar, e o qual lhes fora prometido. Não será de estranhar que muitos cereais se percam na terra, dentro de dois ou três meses, pela ausência de estímulo do crédito bancário. Não creiam que aí esteja nenhuma, afirmação temerária. Um observador consciencioso, que percorrer o interior paulista, se achará em condições de constatar a triste realidade de uma lavoura otimamente trabalhadora e menos que pouco sofrivelmente financiada. A crítica, mais severa que se dirige em Nova York Washington à livre disposição de ouro, pelo governo do Brasil, é que o metal amarelo aqui acumulado durante a guerra significa uma base para possibilidade de créditos indispensáveis à nossa recuperação industrial e econômica. Quem tem ouro se impõe ao respeito dos outros povos no concerto internacional. Quasi todos os países da América Latina se ocuparam, há 6 anos, em reunir suas reservas de metal amarelo. Existe um certo garbo da parte dos países do continente em proclamar as reservas auríferas que apuraram.

Há um quinquênio não tinha a América Latina senão crédito bastante limitado porque, salvo a Argentina, o Uruguai, o México, Venezuela e a Colômbia, quase ninguém mais detinha disponibilidades de ouro no exterior, ou nos bancos centrais. Com a segunda conflagração européia aumentou a lista dos membros dourados da família. Incrementaram-se as exportações, ao mesmo tempo que os governos passaram a emitir para a aquisição das cambiais em dólares que eles tinham sobre Nova

York e outras praças americanas. E aqueles mais previdentes, como o Brasil, transformaram suas reservas de exportação em ouro de verdade. Pode dizer-se que aqueles que dispõem de uma tonelada de ouro tem o equivalente a três vezes o valor dêsse ouro em créditos lá fóra. Tal a base de crédito que a livre disposição do ouro aqui parece tende a falsear. Trata-se de um efeito psicológico. Onde põem, mais do que nos fatores monetários, jogar a influência dos imponderáveis?

Dir-se-á que o ouro fica, nosso. Que ele não há de sair do Brasil. Quem pode, entretanto, tolher-lhe o êxodo, num país de fronteiras abertas como o nosso, e onde impera o contrabando de objetos muito menos sedutores? A praça já sumiu toda ela. Quem impedirá que outro tanto aconteça com o ouro? A consequência é que vamos ficar com o papel moeda dentro do mercado interno, e o ouro fugindo, pois não há como evitar a sua partida de dentro das nossas fronteiras. É ouro em pó que estamos espalhando agora no ar.

(Transcrito d'"O Jornal")

ALERTA BRASIL!

Paulo Otto Schildemantel

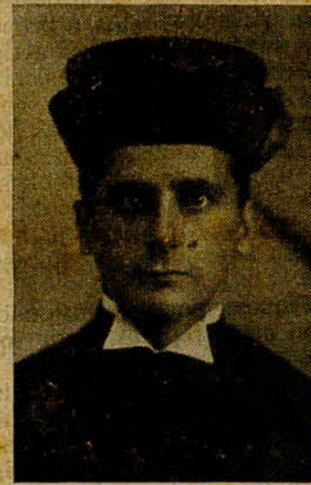
Alerta mocidade, o mundo marcha, a ciência evolui e os conhecimentos humanos aumentam e se aperfeiçoam.

Não faz muito tempo que a humanidade presenciou a invenção do telefone, do automóvel, da electricidade, do aeroplano, do material plástico, do rádio, do olho mágico, da televisão, do radar, etc como também o progresso da química com a descoberta do álcool, do iodo, do petróleo, das vitaminas, dos hormônios, das sulfas e ultimamente dos plasmagins sanguíneos.

A luta pela existência da vida, nos obriga a acompanhar bem de perto os gigantes acontecimentos mundiais dos tempos modernos.

Acordai, pois, mocidade, estamos no ano de 1945, que marcou com a vitória mundial. Vivemos na era

Bacharelado Luiz Borja



Não permitiu, infelizmente, o seu estado de saúde que se graduasse com os seus colegas no dia de hoje, devendo fazê-lo em fevereiro próximo.

Cursou, com brilhantismo, o Ginásio Catarinense.

Obteve diploma de contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Exerce funções de relêvo na fazenda estadual.

Revogado pelo Presidente da República o decreto-lei número 375

O Presidente da República assinou, o seguinte decreto-lei:

"Art. 1º — Fica revogado o decreto-lei 7-375, de 13 de março de 1945 e restaurado o artigo 105 do decreto-lei 2.627, de 26 de outubro de 1940.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Diz o art. 105, acima referido:

"Art. 105 — As deliberações serão tomadas de conformidade com a regra do art. 94, sendo, entretanto, necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do Capital, com direito de voto, para deliberação sobre:

a) — criação de ações preferenciais ou alterações nas preferenciais ou vantagens conferidas a uma ou mais classes delas ou criação de nova classe de ações preferenciais mais favoráveis;

b) — criação de partes beneficiadas;

c) — criação de obrigações ao portador;

d) — mudança de objeto essencial da sociedade;

e) — incorporação da sociedade em outra ou sua fusão;

f) — proposta de concordata preventiva ou suspensiva de falência;

g) — cessação do estado de liquidação, mediante reposição da sociedade em sua vida normal".

O desenvolvimento das vias fluviais brasileiras

(Conclusão)

após a cessação de suas atividades decorrentes do estado de guerra, estavam aguardando ordens das repúblicas americanas, para a construção de navios, o que lhes permitiria empregar parte de sua grande capacidade construtora. Recentemente, o Brasil contratou a construção de 14 navios de carga, nos Estados Unidos. (Washington, do (S. I. H.).

Assim, estudantes da minha terra, incipientes os nossos estudos, amoldando os nossos conhecimentos aos progressos atuais da humanidade, para sermos dignos de um dia cotninar esta grandiosa a marcha para a luz, que os nossos heróis antepassados iniciaram.

Seja o nosso lema "Sempre para frente" para a grandeza e felicidade do nosso querido Brasil.

A Venda do Ouro Notas Diversas

DANIEL A. FARACO

A resolução tomada a 16 de novembro corrente, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, autorizando a venda de ouro ao público, até a importância de trezentos milhões de cruzeiros, ao preço de Cr\$ 25,25 por grama, visando com isto a defesa do meio circulante, merece, apesar de estarem todas as atenções justificadamente voltadas para o importante pleito eleitoral de dois de dezembro, um ligeiro comentário.

Para que este comentário possa ser lido, nestes dias de febril expectativa, deve ele ser breve. Nem por isto, entretanto, sua oportunidade e sua importância serão menores, ao menos para provocar melhores esclarecimentos futuros e contribuir para a obtenção de uma das mais influtíveis necessidades destes nossos tempos, ou seja, que o povo debata os problemas e as soluções econômicas e sobre elas opine sensatamente.

Em artigo já publicado, estudamos novamente uma sugestão que datava já de um ano, ou seja, utilizar parte do ouro acumulado no último decênio para combater a inflação. Isso se deveria obter, não reeditando a perempta e anti-científica ficção do lastro, mas cunhando o metal e lançando-o à circulação, em troca de notas que dela seriam retiradas.

As moedas de ouro, sustentávamos, muito provavelmente seriam entesouradas ou pelo menos circulariam com velocidade muito reduzida, resultando daí diminuição proporcional dos meios de pagamento (do ponto de vista de sua efetividade), sem se tornar necessário levar ao extremo medidas deflacionistas quanto ao crédito indispensável à produção.

A venda de ouro autorizada pela Superintendência, inegavelmente atuará no mesmo sentido da sugestão feita, desde que os trezentos mil contos, a serem arrecadados do público amante do precioso metal, sejam realmente retirados da circulação.

Dois reparos importantes, porém, devem ser feitos.

O primeiro é o de que não parece ser intenção do governo retirar do mercado as notas coletadas. Neste caso, a única vantagem da medida consistirá em que a venda do ouro tornará desnecessária a emissão de papel moeda em quantidade correspondente. Tal venda, por conseguinte, se poderia então equiparar à que a União viesse a fazer de terras ou outros bens de seu patrimônio.

O segundo — e a nosso ver de maior relevância — é motivado pelo preço a que o ouro será vendido. Se considerarmos que o metal foi adquirido a um preço médio de cerca Cr\$ 23,00 a grama, sua venda a Cr\$ 25,25 que corresponde, imaginamos, ao preço real do ouro para fins industriais, não parece lá tão alto negócio, atendendo ao juro perdido pela imobilização. Já ouvimos, pessoalmente, vozes a reclamar, para nossa reserva aurífera, uma destinação mais importante que a de satisfazer o desejo de possuir objetos de um belo brilho amarelo. E, por maior que seja a ojeriza votada a um metal cuja aquisição foi em grande parte responsável pela inflação, não nos podemos furtar a reconhecer a procedência desse reclamo. Muito melhor seria, por certo, transformar essas estereis re-

servas em maquinário e outros bens de produção, desde que os pudéssemos importar em condições satisfatórias, subentendido, é claro, um plano de aquisições cuidadosamente elaborado. Entretanto, não devemos subestimar a urgência de que se reveste o imperativo de por cobro à inflação, sem nos expormos aos horrores da deflação. E, pensamos, a melhor maneira de atender a esse imperativo seria, no momento, procurar reduzir a velocidade de circulação da massa monetária, substituindo parte do atual papel por moedas que circulariam muito mais lentamente.

Com efeito, a questão do preço ao qual será colocado esse ouro é de capital importância. Entre outros pontos que a brevidade deste comentário não nos permite frisar, vale referir o seguinte: ao passo que, ao preço de Cr\$ 25,25 (e suposto viesse o dinheiro arrecadado a ser retirado da circulação), para retirar os 300.000 contos previstos pela Superintendência se farão necessárias cerca de 12 toneladas de ouro, com essa mesma quantidade de metal se poderia retirar quantia cinquenta por cento superior (450.000 contos), adotando-se a fórmula de cunhar moedas com valores faciais que guardassem, com os valores reais, a proporção sugerida em nosso artigo.

Acreditamos que estas linhas não sejam de fácil compreensão para as pessoas pouco familiarizadas com o assunto. Infelizmente os problemas econômicos, especialmente os monetários, não se prestam muito a explicações apressadas.

Fiquem, porém, consignados aqui estes reparos, para que não passem despercebidos as possíveis consequências da importante medida adotada, nesta hora tão pouco propícia a um debate mais amplo do caso.

Se o assunto conservar sua oportunidade, esperamos voltar a estudá-lo, com maiores detalhes, tão logo a pauta dos assuntos palpitantes ofereça ensejo para tanto.

Borracha sintética na Argentina

A Argentina resolveu o problema que mais preocupava no momento sua economia: o problema da falta de pneumáticos, tão grave que ameaçava paralisar suas exportações de cereais e o transporte deles dos centros produtores para as cidades. Ameaçados estavam nós também, aliás, pois, segundo declarações recentes do coronel Anápio Gomes, eles não nos mandariam trigo a partir de dezembro, se não os ajudássemos a equipar uma parte de seus caminhões. Mas, agora, as perspectivas já são outras, conforme está em "La Nación" de ontem. Foi assinado um acordo tripartite entre a Argentina, os Estados Unidos e o Brasil, mediante o qual estes dois últimos países fornecerão ao primeiro, dentro de um determinado prazo, . . . 180.000 pneumáticos, sendo que o Brasil 10.000 imediatamente.

E não é só isso. A Argentina vai desenvolver extraordinariamente sua produção de borracha sintética para empregá-la, de preferência, também em pneumáticos. Para isso já fo-

O decreto sobre participação dos lucros

A notícia de que o governo argentino cogita de pôr em prática, brevemente, a idéia de Perón, quando ministro do Trabalho, da participação dos empregados nos lucros dos empregadores está agitando de novo a vizinha nação do sul. A medida é combatida como demagógica pelos partidos Radical, Comunista e Socialista, os três da União Democrática; como contrária aos interesses econômicos nacionais pelas classes conservadoras, e apoiada pela C. G. T. dos sindicatos ligados ao peronismo.

Os homens de negócios organizaram uma Assembléia Permanente das Entidades da Produção, na Indústria e do Comércio para coordenar sua ofensiva contra o projeto já em estudos pelo ministério. Depois das primeiras deliberações foi dado à publicidade um comunicado que diz: "A três escassos meses das eleições que devolverão a nação ao exercício de seus direitos, surpreende que o poder executivo se proponha decretar medidas de evidente alcance político, como seja o projeto sobre a participação nos lucros. A adoção de tais medidas, de evidente repercussão eleitoral, no momento em que o primeiro magistrado e seus ministros reiteram suas declarações de imparcialidade política, adquire uma gravidade ainda maior, se se recordar que esse projeto foi prometido por um ex-ministro, hoje candidato presidencial, segundo versões correntes e cujo sucessor, num dos seus cargos, anuncia publicamente o imediato aparecimento do decreto respectivo e convoca os interessados para apoiar sua pronta promulgação.

Um problema dessa magnitude — acrescenta a nota — que teria uma gravitação extraordinária sobre a situação social, política e econômica da nação, excede das prerrogativas do poder executivo, que às vésperas de constituir-se o congresso, se antecipa a ele em matéria que só a ele corresponde. Esse ato de governo deveria ser tratado na sua devida oportunidade, quando se organizarem as novas autoridades legislativas do país, pois deviam ser consultados também outros setores de opinião".

Advertindo o povo sobre a gravidade do problema em foco e da solução proposta, os industriais, comerciantes, banqueiros e ruralistas em sessão permanente salientam, no entanto, que não são contrários a quaisquer iniciativas em favor dos trabalhadores, desde que inspiradas em autênticos princípios de justiça social e decretadas por quem de direito, isto é, pelo parlamento.

Tecidos — Os industriais de tecidos do México são otimistas com referência ao mercado externo que conquistaram durante a guerra em alguns países da América Latina, sobretudo na zona das Caraíbas. Pensam eles que a presença, de novo, da Inglaterra nesse tipo de comércio não lhes causará prejuízo, porque seus produtos são bons e eles souberam fazer dos seus clientes verdadeiros amigos: A exportação atual mexicana é de cerca de 100 milhões de metros por ano.

400 milhões de pesos — quase 2 bilhões de cruzeiros — vão ser agora empregados no México, na aquisição de maquinarias para novas fábricas e modernização das existentes.

Aumento — O comércio do Canadá com a América Latina está aumentando extraordinariamente. Em 1939, eles exportavam para o Brasil e os países hispano-americanos mercadorias no valor de 20 milhões de dólares. Nos primeiros nove meses deste ano, essa exportação chegou a 39 milhões de dólares. Só de navios foram 12 milhões.

Papel — E por falar no comércio com o Canadá: o governo de Ottawa anunciou que, dentro de pouco tempo (talvez de 1º de janeiro em diante), a exportação de papel para a América Central e do Sul não ficará mais sujeita a restrição de espécie alguma.

Açúcar — O Chile também anda às voltas, como o Uruguai, com o problema do açúcar, que ali é em grande parte importado do Perú, Equador e Cuba. Cogita-se, a princípio, de inverter capitais chilenos na indústria açucareira equatoriana. Depois, achou o governo que melhor seria comprar melação em Cuba para preparar o açúcar em usinas no próprio Chile.

As colheitas e o transporte

Informações de várias procedências, confirmadas por quantos percorrem o interior catarinense, adiantam que as safras em curso são as mais auspiciosas.

Com efeito, as diferentes culturas, que estão em vias de concluir o seu ciclo, prenunciavam um desfecho realmente satisfatório, assim pela qualidade como pela quantidade de seus produtos.

ram montadas as máquinas necessárias, algumas com a colaboração do governo, outras pela Firestone e a Goodyear, que usarão borracha norte-americana desse tipo. Os primeiros, expostos nas vitrines de Buenos Aires, despertaram grande curiosidade.

De acordo com o plano oficial este mês serão fabricados 5.000, 10.000 em dezembro e em janeiro já 20.000. Espera-se atingir a cifra de 30.000 antes de maio de 1946.

Não haverá talvez exagero em afirmar que os resultados em perspectiva sobre-excedem de muito os do último quinquênio.

Todavia, entre os interessados, começam a surgir, ao que se sabe, as mais sérias inquietações acerca do escoamento de tais mercadorias.

Estão ainda muito vivas, sem dúvida, as graves perturbações que, faz poucos anos, causou a insuficiência desesperadora dos transportes.

Muitos foram, com efeito, os artigos que ficaram, em quantidade apreciável, nos centros produtores, onde se espuseram aos riscos da deterioração ou perda total.

Ora, semelhante descalabro poderá repetir-se, como facilmente se percebe, desde que não providenciarem os homens de governo, com a necessária antecedência, no sentido de regularizar as inter-comunicações catarinenses.

Produção em dobro

Londres — As Companhias Huber e Hillman, integrantes do Grupo Rootes, dentro em breve, aumentarão para o dobro o seu espaço fabril de antes da guerra para a produção de novos automóveis e caminhões. Isso veio a público através de uma recente declaração de Sir William e Mr. R. C. Rootes, segundo a qual, em nome de suas empresas, haviam acordado em tomar posse das duas grandes fábricas secretas, situadas em Coventry, que haviam dirigido durante a guerra — a grande fábrica secreta de Coventry e a "Ryto-on-Dunsmore" situada nas proximidades dessa cidade, até aqui conhecidas como Fábricas de Motores Aéreos N. 1 e N. 2. Ambas faziam parte do Plano de Fábricas Secretas. Cerca de 50.000 motores de aviação foram produzidos desde que esse grupo (que também construiu um em sete de todos os aparelhos de bombeiros e um em dez de todos os veículos de rodas produzidas pelo Reino Unido durante a guerra europeia) iniciou suas operações.

Isso significa também que a Companhia Humber-Hillman disporá de uma área adicional de 80 acres, convertendo-se em um dos maiores centros de produção das Ihas Britânicas. Logo seja instalada a nova maquinária de seu reequipamento (que envolverá um gasto de cerca de três milhões de libras esterlinas) a sua produção será aumentada em larga escala.

A incorporação dessas fábricas secretas torna a Humber-Hillman uma das maiores unidades manufatureiras da Grã-Bretanha e, junto com a companhia fabricante de automóveis Sunbeam-Talbot e as fábricas de caminhões Commer e Karrier, assegurará um volume de produção para o Grupo em vastas proporções.

Em sua declaração, disse Sir William: "Demos um dos mais largos passos na história do Grupo Rootes. Nosso objetivo é a produção em tal escala que passamos empreender o maior movimento de exportação que a indústria de máquinas britânicas jamais encetou, ao mesmo tempo em que atenderemos as necessidades internas. Para essa finalidade tivemos a aprovação e o encorajamento do governo. O grande efeito disso na criação de empregos no após guerra é obvio.

Sendo assim, forçoso é reconhecer que aos responsáveis incumbe promover, desde já a adaptação dos meios de locomoção e de transporte, proporcionando-os às exigências das utilidades produzidas.

É sabido que a rede ferroviária dos Estados se estende às zonas mais diversas e, contudo, não transporta senão um contingente ainda mediocre da produção, objeto de trocas.

Diante da situação, que, ora se esboça, é evidente que todos os esforços serão todas as despesas, visando uns e outras ao seguro completo escoamento da produção anunciada.

Outra não pode e não deve ser, segundo se vê, a atitude governamental, entre nós, que a de encarar, com coragem e sem demora, o importante problema.

Contratos em geral

Não existe uma teoria peremptória sobre a natureza dos contratos, em face da lei pura sobre o assunto. Entretanto, não poderemos fugir à presunção de que o contrato existe sob as formas essenciais de sua validade e entre todos povos nos variados aspectos que desejemos estudá-lo. Pardessus definiu:

"Todo direito que um indivíduo pretende contra outro nasce de uma obrigação por este último assumida em relação a ele. Estas obrigações são, às mais das vezes, o efeito de uma vontade declarada, — Chamamo-las contratos. Outras são creadas pela lei que impõe a obrigação, ou que induz a vontade, seja de certas circunstâncias, seja de fatos de um ou de todos os interessados; chamamo-los quase-contratos".

Não obstante a definição supra que, em sua essência, definiu, de modo completo a matéria, disciplinando-a, pelo menos em frente ao conjunto normal dos atos permissíveis, julgamos que é exatamente o exercício do direito entre indivíduos.

Todavia, o Prof. Gino Uragia — definiu: "Contrato é o acôrdo de duas ou mais vontades para constituir, regular ou extinguir um vínculo de direito. Neste sentido o conceito de contrato coincide com o do negócio jurídico bilateral. Os romanos para o seu conceito de contratos partiam da preliminar de que o simples acôrdo das partes (pactum conventio) não era suficiente para constituir uma plena obrigação civil. Com o requisito do acôrdo, dado pelo consenso, devêria concorrer ou uma forma, ou uma prestação, ou um reconhecimento especial do direito porque nuda pactio obligationem non parit. Este fato justifica a distinção dos contratos em contratos nominativos e inominados, verbais, literais, reais, consensuais, stricti iuris e bonae fidei e dos pactos em pactos nudi e pactos vestidos. Contratos nominativos eram aqueles que tinham uma especial denominação: inominados os que não a tinham e entravam na categoria geral: do ut des, do ut facias, facio ut facias, facio ut des. Contratos verbais aqueles que resultavam da solene promessa e da solene aceitação da promessa. Contratos literais aqueles nos quais a redação por escrito do ato era, com o consenso, a base jurídica da obrigação. Contratos reais aqueles nos quais se contrahitur obligatio: mútuo, comodato, depósito, penhor. Contratos consensuais aqueles nos quais por direito civil ou pretoriano era reconhecido obrigatório o acôrdo em qualquer forma estabelecido. Contratos stricti iuris eram aqueles que o direito civil admitia expressamente porque fundados em formalidades precisas e rigorosas; bonae fidei aqueles que, se bem não fundados em precisas formalidades, obrigavam do jus gentium e eram apenas reconhecidos pelo direito civil".

Carvalho de Mendonça, no tratado de direito comercial vol. VI, de sua autoria define: "Contrato, no lato sentido, é a concorde manifestação da vontade de duas ou mais pessoas em situação antagônica entre si para o escopo de constituírem, modificarem ou extinguírem uma relação jurídica".

Tratando-se, entretanto, da matéria sob o o escopo do Direito Comercial Internacional,

onde há a relação de país para onde há a relação de país para país, e onde principalmente vêm à tona o que os códigos e tratados regularam a respeito, temos de observar o que nos diz o Código Bustamente, no art. 180:

"Aplicar-se-ão simultaneamente a lei do lugar do contrato e a de sua execução, à necessidade de outorgar escrituras ou documento público para a eficácia de determinados convênios e à de os fazer constar por escrito".

Neste caso, as formalidades contratuais obedeciam a lei do lugar da celebração, evitando toda e qualquer discussão, tantas vezes prejudicial à segurança dos contratos. Nestas condições, temos: que as relações oriundas de obrigações contratuais e de declarações unilaterais da vontade, entre vivos, são regulados pela lei do lugar onde forem celebrados os atos que os originaram, salvo estipulação em contrário, ofensa do direito nacional dos pactuantes ou da ordem pública. A execução das mesmas obrigações dependerá da lei do lugar onde se cumprirem. (Dir. Int. Priv. Clovis — pag. 349).

Prova dos contratos: Vários são os modos de prova dos contratos, aliás, dos contratos comerciais: 1) — Escrituras públicas; 2) — Escritos particulares; 3) — Notas de corretores e certidões de seus protocolos; 4) — Correspondência epistolar; 5) — Livros de comerciantes; 6) — Testemunhas. Verifica-se, pois, que são, assim, várias as formas de provas dos contratos.

Capacidade para contratar. Nulidades dos contratos: Aceitando, por boa, a definição de contrato pelo Cód. Civil Italiano, isto é, o acôrdo de duas ou mais pessoas para criar, modificar ou extinguir entre elas algum vínculo jurídico, vê-se que, embora haja vontade, consentimento para contratar, necessário se faz que as partes contratantes tenham capacidade legal para realizar o contrato. Nesse ponto a lei comercial ampliou os preceitos da lei civil.

É assim que o filho-família, tendo mais de 18 anos pode contrair uma obrigação comercial desde que obtenha autorização paterna; a mulher casada com autorização do marido para comerciar, pode contratar e alienar bens, mesmo dotais; sua capacidade é ampla, pode realizar qualquer espécie de operações que exigir o giro de seu negócio. A falta de capacidade das partes contratantes, trazendo nulidade dos contratos, o Cód. Com. em seu art. 129 n. 1 declara expressamente, nulos os que forem celebrados entre pessoas inábeis para contratar. Esse princípio é de direito comum, e é bom ter em vista que há os inábeis para contratar — os incapazes — e os que não podem comerciar — os proibidos. Os atos dos primeiros são nulos, os dos segundos são válidos, embora seus autores sejam passíveis de pena criminal. Pode acontecer também que as pessoas contratantes sejam capazes legalmente, mas que seu consentimento seja viciado, como no caso de fraude dolo, ou simulação; quando o contrato versar sobre objetos proibidos pela lei, ou cujo uso ou fim for manifestamente ofensivo da sã moral e bons costumes; quando não designarem a causa certa de que deriva a obrigação mercantil; quando contraídos por

Preços e Transporte

Chegam do Ceará notícias verdadeiramente surpreendentes: em Fortaleza estão baixando os preços dos gêneros alimentícios. O fato tem a sua explicação: é que chegou à capital cearense um vasto carregamento e em consequência estabeleceu-se a concorrência, com evidentes benefícios para os consumidores, que passaram a comprar mais barato.

Como se vê a espantosa novidade que nos vem das terras cearenses fundamenta-se em conhecida lei de economia, que faz oscilar os preços de conformidade com a oferta e a procura. Nem por isso deixa ele de assombrar com um relêvo extraordinário nestes duros tempos de escassez, preços altos e complexas operações de câmbio negro.

Para o consumidor carioca, que se entorpece diariamente nas filas e no fim de longas esperas quase sempre volta para casa de mãos abanando, essa felicidade, ainda que temporária dos habitantes de Fortaleza, é de molde a inspirar a mais justa e humana das invejas. Afinal, dirá o carioca com compreensível orgulho, isto aqui é a sala de visitas e bem merecia melhor tratamento.

O fenômeno cearense, porque baixa de preços hoje em dia tem de ser considerada um fenômeno de estardalhaço, serve para mostrar que a questão do transporte tem uma importância fundamental nessa trágica questão do abastecimento. Bem sabemos que o país luta atualmente com uma manifesta crise de produção, cujas causas seria demasiado complicado investigar, não é menos certo, porém, que as dificuldades de transporte respondem em grande parte pelas dificuldades mais imediatas que estão experimentando as populações de muitas cidades, o Rio entre elas, para conseguir os alimentos indispensáveis. Por outro lado, os jornais andam cheios de reportagens fotograficamente documentadas, mostrando que em vários pontos existem gêneros em abundância, gêneros que se estão deteriorando, porque não há meios de transportá-los até os centros de consumo. E ninguém ignora que é justamente a incerteza quanto ao transporte que provoca o desânimo em muitos centros produtores.

No caso a que nos referimos foi uma momentânea facilidade de transporte que possibilitou a concorrência e consequente queda de preços. Claro está que a receita vale de um modo geral. Tudo depende de aplicá-la, aqui ou em qualquer parte.

comerciante que vier a falir dentro de 40 dias anteriores à declaração da quebra. Nestas condições, se nos contratos em que se hajam de regular as obrigações por força da lei externa, em face dos contratantes, naturalmente os mesmos preceitos devem ser observados, de vez que a loci lex se torna imprescindível ao domicílio dos contratantes, para que se dê a validade dos atos e da capacidade jurídica dos referidos intervenientes.

Produzir e Permutar

Entre os homens de governo, ao longo de decênios, teve larga voga a preocupação de aumentar as exportações brasileiras.

Cuidavam todos que se impunham, nesse particular, os mais vivos esforços, que seriam fartamente compensados, graças a seus reflexos sobre os diferentes setores da atividade criadora.

Não ha dúvida que, segundo antiga observação, a nenhuma nação é em rigor, dado abster-se de exportar, sob pena de perecer.

Longe estava a nossa de enfrentar semelhante perigo, pois ainda que seus dirigentes o tentassem, malogrados seriam tais propósitos, vingando uma política diametralmente oposta.

País grandemente produtor de matérias primas e gêneros alimentícios, uns outras excedentes da própria capacidade consumidora, devia necessariamente escoar suas sobras a rumo dos mercados exteriores.

Assim sucedeu em pleno regime colonial e assim continuou pelos anos em fóra, até aos dias atuais, onde os quadros do comércio externo realçam um volume apreciável de vendas, em cuja composição são variadas as mercadorias e diversas suas proveniências.

Entretanto, são as únicas utilidades que ao Brasil cabe exportar e são tranquilizadoras as quantidades que acusam?

A pergunta mostra, sem dúvida, que certa razão assistia aos paladinos do escoamento da produção brasileira, conquanto não se pudesse, evidentemente, cifrar a isso toda a política comercial do país, cuja vitalidade nunca poderá abstrair da ocorrência simultânea de ambos os pratos da respectiva balança.

Mas, admitindo que tanto vender como comprar, é de convir, porém, que outras muitas utilidades estaria em suas mãos exportar, assim como exportar em maior porção as que desde muito já vende.

Assim entendido, o sistema internacional de permutas será sempre clarividente e proveitoso, contanto que as importações sejam de bens úteis e as exportações sejam efetivamente remuneradoras.

Todavia, a política econômica deve dispensar igual atenção à produção e à troca, visto que ambas se entrelaçam e completam, como têm-mos duma mesma equação.

Ora, não será difícil apontar vários artigos, que se poderiam e deveriam produzir, entre nós, graças às favoráveis condições nacionais de solo e de clima já suficientemente conhecidas.

Hajam vista, entre outros setores, nos quais se abrem as perspectivas mais lisonjeiras, os que concernem aos frutos oleaginosos, às fibras vegetais e aos minérios sem exportação organizada.

São produtos todos suscetíveis de larga comercialização, e, para tanto, mais não se reclama, em nosso país, que um conjunto de esforços habilmente orientado, sob uma política oficial de estímulo e de amparo às iniciativas úteis.

Produzir o que ainda não produz, conquanto esteja em situação de o fazer e trocar as utilidades produzidas, eis a orientação que se impõe necessariamente ao Brasil.

"O ACADEMICO"
Órgão oficial do Centro Acadêmico "José Boiteux"

—o—
REDAÇÃO:

Academia de Comércio de Santa Catarina
Caixa Postal, 174
— Florianópolis —

—o—
Toda a colaboração fica na dependência da aprovação do Diretor deste periódico.

Síntese econômica do Distrito Federal

Prosseguindo na execução dos inqueritos econômicos para a defesa nacional, o I. B. G. E. fornece, agora, através de sua Secretaria-Geral, interessantes elementos sobre a situação e o movimento, durante o mês de maio, no Distrito Federal, de 4.123 estabelecimentos com valor anual de vendas não inferior a cem mil cruzeiros, dos quais 1.858 comerciais e 2.265 industriais.

O valor das vendas efetuadas pelo conjunto dos estabelecimentos, que fóra de 1.866,9 milhões de cruzeiros no mês de abril, elevou-se para 1.929,9 milhões em maio. Comparando-se o valor médio mensal das vendas nos primeiros cinco meses de 1945, expresso em 1.897,8 milhões de cruzeiros, com o de igual período de 1944, de 1.681,2 milhões de cruzeiros, verifica-se ter ocorrido um aumento de 17,0%. Como fator principal desse aumento, aponta-se a elevação dos preços. Do total de vendas mencionado, 180,6 milhões correspondem a vendas realizadas à administração pública.

Os pagamentos ao pessoal ascenderam a 179,6 milhões de cruzeiros, não apresentando qualquer alteração sensível relação ao mês de abril. Se bem que inferior ao máximo atingido em dezembro de 1944 ou seja, 201,4 milhões de cruzeiros, o valor verificado em maio de 1946 excedeu o de todos os demais meses precedentes.

Aos lucros e dividendos é atribuída a importância de 27,4 milhões de cruzeiros.

Os pagamentos de impostos elevaram-se a 118,8 milhões de cruzeiros aí compreendidos apenas os principais, como o imposto de consumo, o imposto de importação, o imposto sobre a renda (pessoas jurídicas) o imposto sobre indústrias e profissões e o imposto sobre lucros extraordinários.

Outros elementos de informação apurados em 1945 revelam que os estabelecimentos industriais observados adquiriram matérias primas no valor de 1.233,8 milhões de cruzeiros, combustíveis no de 28,7 milhões, e energia elétrica, no de 13,7 milhões. A despesa total de 1.386,3 milhões de cruzeiros, com matérias primas e fontes de energia, correspondeu a 37,1% do valor total das vendas efetuadas no mesmo período pelos referidos estabelecimentos.

Em 31 de maio, o valor total dos estoques era de 1.448,6 milhões de cruzeiros, evidenciando uma forte tendência para aumento, em virtude, principalmente, da alta de preços de avaliação dos produtos. Mantiveram-se em posição preponderante os estoques têxteis, com mais de seis décimos do valor total, vindo, a seguir, os estoques diversos. A maior parte desses estoques — 82,2% do valor total — era encontrada nos estabelecimentos comerciais.

O Ministro da Fazenda justifica a venda do ouro brasileiro

O ministro Pires do Rio, paleou, com os jornalistas acreditados junto ao seu gabinete sobre as providências que vem de tomar em relação à política financeira do atual governo. De início, aludiu à venda de ouro pelo Banco do Brasil, declarando que é elementar que uma moeda, como a nossa, de curso forçado, de papel moeda inconversível, não pode ser afetada pela venda desse ouro. O que é essencial é que o atual governo, não dispondo de tempo para uma política deflacionista, detenha, pelo menos, a inflação monetária, permitindo ao futuro governo adotar as providências definitivas a esse respeito, paralelamente com outras medidas, entre as quais o aumento da produção e da proteção aduaneira. Desejando acentuar os males da inflação, o sr. Pires do Rio forneceu aos jornalistas a cópia dum trecho da mensagem apresentada ao congresso nacional pelo então presidente da República, Artur Bernardes. Lembrou que o governo Bernardes foi inflacionista nos dois primeiros anos e deflacionista nos outros dois, penitenciando-se dos erros iniciais e corrigido-os com grande habilidade. Afirmou que a inflação deve ser fixada quotianamente na imprensa como a única fonte de todos os males e que a palavra "inflação", proibida de ser escrita pelo DIP, foi dos "mais ricos", permitindo o acúmulo de depósitos pelos mais abastados e o confisco aos vencimentos dos servidores, militares, operários, enfim, de todos quantos percebem salários fixos.

Continuando, afirmou, categoricamente, que a inflação é o pior dos impostos. Depois, respondendo a uma pergunta sobre a taxa de descontos, declarou que o assunto está sendo estudado. Outro ponto que destacou foi o relativo aos pequenos bancos. A esse respeito, adiantou que o seu propósito é protegê-los, lembrando que já recomendaria o amparo dos referidos estabelecimentos de crédito. Ao mesmo tempo, solicitou aos institutos de previdência que não retirassem os seus depósitos nos pequenos bancos.

O trecho da mensagem de Artur Bernardes, que seu governo enviou ao congresso nacional, a que fez alusão o ministro Pires do Rio, é o seguinte: "A inflação depreciando a moeda, traduz-se na alta dos preços, tanto das mercadorias nacionais como das cambiais

em moeda estrangeira (baixo câmbio). São dois aspectos do mesmo fenômeno. A elevação dos preços é um dos efeitos mais notórios da inflação do meio circulante, a qual acompanha com intervalo variável de algumas semanas a muitos meses, conforme a intensidade das transações e a velocidade da circulação. A reabilitação da moeda revela-se na cotação dos câmbios antes de manifestar-se nos preços internos. A experiência demonstra que, quando a moeda começa a convalescer, baixa primeiramente o preço das moedas estrangeiras (elevação câmbio). Em seguida, diminui o preço dos artigos de importação. Segue-se a redução dos preços similares nacionais. Depois, a baixa se propaga aos outros produtos do país para a refletir-se, em último lugar, nos alários. A estabilização da moeda é imprescindível para a normalização da vida nacional".

Resenha da nossa economia agrícola

Apesar da diversidade dos produtos de nossa economia agrícola, apenas quatro — algodão, arroz, café e milho — e apresentavam, em 1943, com valores acima de 1 bilhão de cruzeiros. O primeiro lugar coube ao algodão, cujo valor, segundo recente divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ascendeu a 2.412.571 milhares, e, um pouco mais à distância, pelo café e pelo arroz, com os valores respectivos de 1.594.999 e 1.470.112 milhares de cruzeiros. Quanto ao arroz, deve-se notar que logrou essa posição saliente, ha relativamente, pouco tempo, elevando-se de 955.064 milhares de cruzeiros em 1942 para a cifra atrás mencionada.

As áreas em cultura, atribuídas aos quatro produtos, eram de 2.413 hectares para o algodão; de 1.171.755 para o arroz; de 2.409.855 para o café; e de 4.266.211 para o milho, perfazendo 10.342.211 hectares, cifra extremamente elevada se tivermos em conta que a área cultivada, para o conjunto de 21 produtos, era, no ano aprêço, de 13.833.365 hectares. Isto equivale a dizer que somente esses quatro produtos agrícolas ocuparam 75% do total da área cultivada.

Ainda que o algodão seja cultivado em 17 Unidades Federadas, 87,5% de sua área de cultivo se acham distribuídos. O arroz é cultivado em todo

A RENOVAÇÃO DA FROTA DO LOIDE

O fiel cumprimento do plano de reconstrução da frota do Loide Brasileiro, dado a conhecimento público pelo comandante Mário Celestino, no início do ano passado, representa, inegavelmente, uma contribuição das mais significativas para o progresso nacional. Repousando na aquisição, em larga escala, de navios cargueiros para as linhas internacionais, e na utilização das atuais unidades nos serviços de cabotagem, o plano envolve-se em circunstâncias outras que possibilitam sua execução com os próprios recursos da entidade.

Em abril de 1944, o Loide Brasileiro assinou com a Canadian Vickers Ltda., de Montreal, um contrato para a construção de quatro navios, de 4.450 toneladas cada um, movidos por máquinas alternativas, a vapor, pelo preço de noventa milhões de cruzeiros. O primeiro desses navios, o

"Cabédelo", já se encontra em atividade, prestando os melhores serviços. Com a mesma firma, em abril deste ano, novo contrato foi assinado para a construção de seis novas unidades, de 7.800 toneladas cada.

Nos primeiros dias de agosto último, foram encomendados a uma firma norte-americana a "The Ingalls Shipbuilding Corporation" quatorze cargueiros do mesmo tipo dos seis acima, pela importância de 750 milhões de cruzeiros. O primeiro dessa encomenda deverá ser entregue 300 dias após a lavratura do contrato e o último a 460 dias.

As críticas levantadas na época circunscreveram-se ao fato de as encomendas serem feitas em pleno período de guerra, sobretudo quando os Estados Unidos anunciavam que sua frota mercante auxiliar seria vendida a baixo preço logo que cessassem as hostilidades. Se considerarmos a

precariedade das construções navais realizadas sob a pressão dos acontecimentos bélicos — e disso temos um exemplo na frota que adquirimos depois de 1914 — veremos então que o Loide agiu muito bem quando empreitou a construção de barcos novos, cuja eficiência poderá ser comprovada pelo uso constante.

A importância do plano de renovação da frota do Loide pode ser constatada nos raiados elogios com que foi recebido por toda a imprensa argentina, cuja preocupação máxima foi a de salientar não possuir a Argentina um plano similar. A situação geral dos transportes no Brasil, especialmente a dos transportes marítimos, não aconselha qualquer modificação no plano em aprêço e o governo deve ser o primeiro a compreender que o seu fiel cumprimento trará consequências de extraordinário relevo para o futuro de nosso comércio internacional e de cabotagem.

Exportações gaúchas no primeiro semestre de 1945

O Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, divulgou os boletins relativos aos meses de junho e julho, sendo que o primeiro completa o movimento da exportação geral do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 1945, relativa à produção agrícola, pecuária e industrial. Trata-se de um trabalho metódico e metódico, que facilita o estudo das condições de nosso desenvolvimento nesse setor da produtividade econômica.

No mês de janeiro, a exportação foi a seguinte:

80.159.157 quilos, no valor de 230.422.628 cruzeiros; em fevereiro 70.612.086 quilos, no valor 231.964.517 cruzeiros; em março: 61.652.975 quilos, no valor de 229.502.275 cruzeiros; em abril: 64.451.298 quilos, no valor de 237.292.702 cruzeiros; em maio 49.152.012 quilos, no valor de 188.008.961 cruzeiros e, em junho: 44.240.756 quilos, no valor de 185.476.077 cruzeiros.

O total, nesses seis meses, foi o seguinte: 370.268.284 quilos, no valor de Cr\$ 1.302.667.180,00.

A distribuição dessa exportação para os mercados nacionais e estrangeiros, por discriminação de classes, foi a seguinte:

Produtos agrícolas: 206.364.882 quilos, no valor de 427.818.483 cruzeiros.

Produtos agrícolas industrializados: 30.995.213 quilos no valor de 76.535.336 cruzeiros.

Produtos pecuários industrializados: 45.811.073 quilos, no valor de 343.011.566 cruzeiros.

Manufaturas, 10.955.619 quilos, no valor de 202.737.561 cruzeiros.

Matérias primas minerais e produtos não classificados: 52.549.853 quilos no valor de 72.522.323 cruzeiros.

Comparada com a exportação dos mesmos seis primeiros meses do ano anterior, 1944, verifica-se que houve um decréscimo, em peso de 45.570.893, enquanto que se registrou um aumento, em valor, de 232.872.320 cruzeiros.

A exportação no 1º semestre de 1944 foi de 415.839.177 quilos, no valor de Cr\$ 1.069.794.860,00.

Os mercados estrangeiros que mais compraram do Rio Grande do Sul, em 1945, foram a Inglaterra, com 327.283.000 cruzeiros, seguida da Argentina, com 50.231.000 cruzeiros; do Uruguai, com 31.786.000 cruzeiros; Estados Unidos, com 25.610.000 cruzeiros; Espanha com 14.842.000 cruzeiros; as Possessões Portuguesas da Ásia, com 13.152.000 cruzeiros, figurando, ainda, a Goiania Francesa com 226.000 cruzeiros, as Possessões Britânicas, com 518.000 cruzeiros, a União Sul Africana, com 112.000 cruzeiros e o Canadá, com 411.000 cruzeiros.

A exportação para o exterior no primeiro semestre de 1944 foi de Cr\$ 115.000,00, e no mesmo período de 1945, de Cr\$ 464.186.004,00, havendo uma diferença a maior, favorável ao ano corrente, de Cr\$ 148.851.000,00.

Os mercados nacionais que mais compraram do Rio Grande do Sul foram os de São Paulo, com 315.311.000 cruzeiros e o do Distrito Federal, com 250.299.000 cruzeiros, neste semestre, enquanto que, no de 1944, esses mercados adquiriram, respectivamente, 270.273,60 e 237.851.000 cruzeiros, havendo, portanto, em 1945, um aumento de 45.000,00 cruzeiros nas remessas para São Paulo e de 112.447.000 cruzeiros para o Distrito Federal.

O total de exportação para todos os mercados nacionais, no 1º semestre de 1945, foi de Cr\$ 637.127.000,00, ao passo que, no mesmo semestre do ano anterior, foi de Cr\$ 665.308.000,00, verificando-se, assim, um aumento de exportação para os mercados nacionais de Cr\$ 171.819.000,00.

Avultaram-se nessas vendas do Rio Grande do Sul, entre outros, os seguintes artigos e produtos: arroz, banha refinada, calçados de couros, carnes, carvão de pedra, cebolas, charque, couros preparados, farinha de mandioca, feijão, fumo em folha e lãs.

As relações comerciais franco-argentinas

As relações comerciais entre a Argentina e a França são cada vez mais estreitas. Ainda ontem foi assinado, na chancelaria, em Buenos Aires um convenio entre os dois países, para o que foi designado pelo governo de De Gaulle, em caráter de negociador, o sr. Frederico Bloch Lainé. Diz um dos artigos que a França poderá importar da Argentina mercadorias até um valor de 750 milhões de cruzeiros sem necessidade de pagamento imediato. Falando depois na Câmara de Comércio, declarou o embaixador d'Ormesson que a falta de carvão e navios impedia os industriais e os exportadores franceses de tomar parte, por ora, num intercâmbio mais ativo com os argentinos, mas que, dentro de algum tempo, eles esperavam voltar às cifras animadoras de antes. "No momento — acrescentou — só dispomos de três navios para as nossas relações com a América do Sul: o "Groix", o "Desirade" e o "Bangkok". Por isso mesmo, é nosso propósito pedir à Argentina os três navios que ela nos requisitou durante a guerra: o "Formose", o "Campana" e o "Aurigny". Sabemos, porém, que isso não depende hoje apenas dos nossos amigos argentinos, porque eles foram incorporados ao "pool" dirigido pela Comissão Econômica de Washington. Creio, no entanto, que se chegará brevemente a um acordo a respeito mesmo porque contamos com a vossa boa vontade".

o Brasil, mas apenas três Estados — Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul — abrangiam 91,8% da área de cultivo, ou sejam, 800.432 hectares.

O café, como se sabe, é uma entre os Estados de São Paulo (1.667.102 hectares); Ceará (180.476 hectares); Rio Grande do Norte (112.925 hectares) e Paraíba (150.344 hectares). cultura nacional, mas do total acima referido, 2.354 hectares (94,5%) correspondiam só a São Paulo, Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Relativamente ao milho, embora em contradição em todo o território nacional, sua maior área de plantio corresponde a Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, com um total de 2.233.013 hectares (75,8%).

O maior produtor de algodão e de café era o Estado de São Paulo, com um montante de 375.098 e de 531.238 toneladas, nos valores de 1.860.486 e de 823.480 milhares de cruzeiros, respectivamente a esse Estado a maior tonelagem de arroz (629.752 toneladas no valor de 377.351 milhares de cruzeiros), coube a Minas, apenas com 395.009 toneladas, o primeiro lugar em valor ou sejam, 460.844 milhares de cruzeiros. Também a Minas corresponde a liderança na produção do milho, que se elevou a 1.542.635 toneladas, no valor de 650.110 milhares de cruzeiros.

O valor dos quatro produtos líderes da economia agrícola brasileira representou, em 1943, 63% do valor da produção global.

Uma das características fundamentais dessa economia é, como se verifica, de um lado a predominância de determinados produtos, e de outro a concentração de umas poucas culturas em áreas relativamente restritas. É verdade que, de vez em quando, assistimos ao incremento de certas culturas em plano horizontal. Mas, o que geralmente se observa é o deslocamento do eixo da produção agrícola de uma para outra região, como aconteceu recentemente com o algodão, cultura tradicionalmente nordestina, que logrou excepcional desenvolvimento em São Paulo.

A Brilhante Turma de Contadores de 1945

A Academia de Comércio de Santa Catarina é um estabelecimento vitorioso pela multiplicidade de suas realizações.

O Curso de Contador do educandário tão brilhantemente dirigido pelo professor Fernando Machado Vieira é conhecido e respeitado em todo o país, tendo fornecido um grande contingente de técnicos de comércio que na indústria, no comércio e nas funções públicas fazem alarde de seus conhecimentos, merecendo o aplauso de seus chefes e a admiração de seus colegas.

*
* *

Os contadorandos de 1945 constituem uma turma brilhante, das mais lúidas que já forneceu a nossa Academia de Comércio.



Maria da Conceição Melo

Estudiosos das ciências contábeis, cóncios de seus deveres, a turma mais numerosa de quantas já se

formaram nesta capital, enriquecerá a grande classe dos contadorandos. Orgulhará os seus pares!

Nada menos que sessenta e um moços colarão gráu no dia 22 do corrente.

Entre eles, em sua maioria, encontramos rapazes que trabalham, já, em sua profissão, bancários, comerciantes e comerciários, funcionários federais e estaduais, atestando, todos, a seriedade de seus estudos, a consciência de seus conhecimentos que serão, imediatamente, aplicados em proveito e a serviço de nossa grande Pátria.

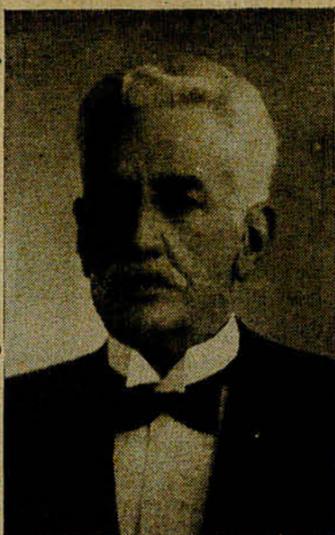
"O Acadêmico", o portavoz dos estudantes de comércio em Santa Catarina regista, com júbilo, o grande fato e congratula-se com a satisfação que vai n'alma de todos eles.

"O Acadêmico" se associa à vitória brilhante dos contadorandos de 1945 porque viveu com eles em todos os instantes.

São os seguintes os contadorandos de 1945.

Acácio Garibaldi S. Thiago, Aldo Afonso Vieira, Aldo Rodrigues de Araújo, Alfredo Russi, Aline Ulysséa Nicolazzi, Alvaro Selva Gentil, Anna Rita Cabral Machado, Anneliese Entres, Bento Pereira Oliveira, Constantino Atherino, David Gomes Mendonça, Denise Veríssimo Pereira, Dilma Damiani, Donatílio Silva, Elisabeth Rihl, Ely-Maria Silva, Eu-

clides Fernandes, Eunice Oliveira, Fioravante João



Prof. Fernando Machado, Diretor da Academia de Comércio de Santa Catarina

Marchi, Frederico Herondino Leite, Germano Hoffmann, Hamilton Abbade Valente Ferreira, Hélcio de



Prof. Flávio Ferrari, paraninfo dos contadorandos

Menezes, Hélio Born da Silva, Hélio Moura, Hugo Wondracek, Ilmen da Costa Melim, Ilza Cecília de Lima, João Makowieck, João Ventura, osé Rodrigues de Araújo, Léa Castro, Lenir Maria Brasil, Magali Renée Lebarbenchn, Maria da Conceição Mello, Maria Luiza Figueiredo Campos, Maria Rosa Cherem, Marylda Carneiro da Cunha Luz, Maurílio Fernandes, Nair Ferrari, Nelson Szpoganicz, Neuna de Lourdes Santos, Newton Thibes de Almeida, Neyde Maria Pereira, Oscar Cardoso Filho, Oscar Pereira, Paulo Maltz, Rodolfo Fernando Pinto da Luz, Rynon von Mors, Sada Boabaid dos Reis, Sívio Orlando Damiani, Theodócio Atherino, Tília Matos, Victor Santos Alberton, Vylma Moritz, Waldemar Busch, Waldemar Werner, Walter Deutsch, Werner Springmann, Yoldory Campos Garofallis, Yone Moreira de Mello.

Os contadorandos de 1945 homenageiam, merecidamente, os srs, Dr. Luiz Gallotti, interventor catariense, e o Dr. Neêu Ramos, eminente homem público e ex-interventor em nosso Estado.

É paraninfo da turma o Professor Flávio Ferrari, uma escolha feliz dos contadorandos de 1945.

Flávio Ferrari é um nome de valor na Academia de Comércio de Santa Catarina, e que se impôs pelo seu trabalho, pela sua inteligência e sua força de vontade.

É orador dos contadorandos

de 1945, o sr. Euclides Fernandes, unanimemente escolhido pelos seus colegas.

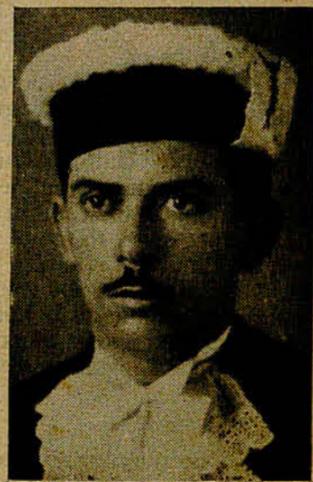
Estudioso, trabalhador, inteligente, Euclides Fernandes honraria qualquer tu ma, por mais brilhante que fosse, traduzindo os seus sentimentos.

Orador fluente, de grande eloquência, retórico, será uma garantia de sucesso esplendente na colação de grau marcada para o dia 22.

Encerrando a nossa crônica queremos prestar a nossa homenagem espontânea e sincera, aos contadorandos de 1945 e o fazemos na pessoa de Maria da Conceição Melo, a primeira da turma.

Inteligência moça e moderna, a senhorinha Maria da Conceição Melo obteve os louros dos seus esforços.

É, ela, bem o padrão da notável turma de 1945 e, por isso mesmo, a escolhe-



Euclides Fernandes

mos para símbolo do saber e da boa vontade que espelham, no todo, os contadorandos de 1945.

REGISTRO E DISTRATO DE FIRMAS

LINDOLFO A. G. PEREIRA

O instrumento do contrato de sociedade deve ser registrado na Junta Comercial do Estado, em que a sociedade tiver a sua sede, e na de cada filial, ou sucursal, se a sociedade as tiver (Cód. arts. 10, n. 2 e 301). Nos Estados, onde não existirem Juntas Comerciais, o registro deve ser feito no Registro Geral e de Hipotecas (Registro de Imóveis) da comarca em que a sociedade ou qualquer de suas filiais, ou sucursais, tiver a sua sede (Dec. n. 12.343, de 3 de janeiro de 1917, art. 4º). O registro se opera pelo arquivamento, e pode ser requerido por todos ou por qualquer dos sócios, dentro em quinze dias úteis, contados da data do mesmo instrumento (Cód. Com. art. 10, n. 2). Enquanto não registrado, o instrumento do contrato não terá validade entre os sócios, nem contra terceiro (Cód. Com. art. 301, 2ª parte), o que, entretanto, não impedirá que estes últimos (terceiros) tenham ação contra todos os sócios solidariamente (Cód. Com. arts. 301, 2ª parte, e 304). A sociedade será, então, considerada irregular, produzindo todos os efeitos que a tais sociedades confere a lei.

Observe-se, por último, que o registro pode ser feito mesmo depois de decorrido o citado prazo de quinze dias, caso em que somente será considerada irregular até o dia em que tiver sido feito o registro. As sociedades estipuladas em países estrangeiros, com estabelecimento no Brasil, são obrigadas a fazer igual arquivamento, antes de iniciarem as suas operações na República, nas Juntas Comerciais que, para tal fim, forem competentes.

É permitido aos sócios, durante a existência da sociedade, fazer quaisquer alterações ou modificações no respectivo contrato, tornando-se necessário, para que elas sejam válidas. O consentimento expresso de todos eles provado com instrumento passado e revestido das mesmas formalidades do contrato anterior. Assim, não pode ser considerada como legal a cláusula que atribua a um ou a alguns sócios, a faculdade de fazer quaisquer alterações ou modificações no contrato de pessoas.

O contrato social, desde que haja acôrdo unânime dos sócios, pode, também ser completado ou integrado, sendo, muitas vezes, o meio mais prático de se fixarem regras gerais e permanentes, aconselhadas no curso da vida social. Em tal caso, o pacto é simplesmente interpretativo, tendo por fim prevenir dúvidas futuras.

Podemos determinar ainda o seguinte:

1º) — A prorrogação do prazo de duração, o que somente se admite enquanto existe a sociedade, isto é, enquanto não se acha extinto o prazo fixado e estabelecido no contrato para a sua duração. Terminado que seja dito prazo, a sociedade, como facilmente se compreende, não pode ser prorrogada, e sim — renovada, constituindo, assim, com o desa-

parecimento da antiga, uma nova sociedade, inteiramente independente daquela. Daí a disposição constante da primeira parte do art. 307 do Código Comercial, que diz assim: "Se, expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, esta tiver de continuar, a sua continuação só poderá provar-se por novo instrumento, passado e legalizado com as mesmas formalidades que o da sua instituição";

2c) — A modificação da firma;

3º) — A mudança da sede social. Se a mudança fôr para outra qualquer parte do território nacional, dar-se-á, apenas, uma simples alteração do contrato dos estatutos da sociedade. Se fôr para o estrangeiro, o caso já será diferente, porque haverá mudança do objeto da sociedade, uma vez que esta vai ficar sujeita à lei diversa, o que modifica, por completo, a sua situação jurídica;

4º) — A dissolução antecipada. Esta, que é também chamada "dissolução convencional" tem lugar, quando os sócios, por acôrdo unânime, antecipam a época em que, segundo o contrato, devia ser dissolvida a sociedade, verificando-se, assim, a revogação ou alteração de uma das cláusulas do mesmo contrato. Há ainda outras alterações, como admissão de novos sócios, retirada de outros, exclusão e outras obrigações ou inovações contratuais.

É preciso notar que as obrigações dos sócios, nas sociedades, quando comerciais, começam da data do contrato, ou da época designada no respectivo contrato; e acabam depois que, dissolvida a sociedade, se acham satisfeitas e extintas tôdas as responsabilidades sociais (Cód. Com. art. 329). O Código Civil, em seu art. 1.375, contém igual disposição. Qualquer pacto ou cláusula em contrário a este preceito não tem valor relativamente a terceiros. A pessoa ou pessoas que emprestarem o seu nome como sócio, ainda que não tenham interesses nos lucros da sociedade serão responsáveis por tôdas as obrigações da mesma sociedade, que forem contraídas debaixo da firma social, com ação regressiva contra os sócios, mas não responderão a estes por perdas e danos (Cód. Com. art. 306).

Deve-se ter em vista, no que toca às responsabilidades sociais, que se incluem, com ampla razão, aquelas decorrentes dos impostos devidos à fazenda, ou de quaisquer obrigações para com os cofres públicos. De todo o enunciado, deduz-se:

a) — Se, para os atos constitutivos de uma sociedade, torna-se imprescindível o "registro" para se obter o caráter de publicidade da entidade, da sua existência jurídica, é curial que, para serem desfeitas essas obrigações se torna ainda necessário o respectivo distrato;

b) — Se, para existência e obrigatoriedade dessa entidade, é necessário o "registro" e se se conta o seu prazo da data do arquivamento de seus atos, é natural que, para o distrato, isto é, para a validade contra terceiros, se conte o prazo a partir da data do arquivamento desse mesmo distrato.

O desenvolvimento das vias fluviais brasileiras

Os métodos recentemente aperfeiçoados e a experiência conquistada pela indústria de construções navais dos Estados Unidos poderão construir uma força poderosa no desenvolvimento do transporte fluvial do Brasil, segundo relata um artigo de Maurice Gilmore, que apareceu no "Foreign Commerce Weekly", publicação do Departamento de Comércio.

Pondo em relevo a parte desempenhada pelas vias fluviais brasileiras, como sistema de comunicações internas, o articulista assinala que o governo do Brasil tem-se mostrado interessado na manutenção e melhoria dessa navegação fluvial, conforme evidencia o número de projetos que estabeleceu. Em tais melhoramentos se antevê outra grande oportunidade para a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, cooperação essa que poderá levar a um campo de ação tão vasto quanto o alcance dessas arterias comerciais. "O Brasil" — acrescentou — somente por meio de suas vias fluviais poderá proporcionar à indústria norteamericana um campo de ação gigantesco ainda inexplorado e, em troca, beneficiar-se-ia com tal colaboração".

O articulista prosseguiu dizendo que muitos armadores norte-americanos,

(Continua em outro local)

Os Primeiros Economistas de Santa Catarina

Concretiza-se o sonho dos idealistas de nossa terra. Criação do Curso Superior de Administração e Finanças!

Fins de 1942. Uma grande campanha na Academia. Os professores se reúnem, discutem acaloradamente das vantagens e desvantagens. O projeto é enviado à Congregação da Academia.

E o Curso Superior de Administração e Finanças, ou Faculdade de Ciências Econômicas, de Santa Catarina, se torna uma realidade.

Em 1943 se instala, sob fiscalização federal, o referido Curso Superior.

E aí está a primeira turma de Bachareis em Ciências Econômicas, pronta para levar avante em nosso Estado, nos serviços públicos, nas indústrias e no comércio, a aplicação dos mais modernos princípios que regem a economia, mola propulsora do bem estar coletivo.

Conhecedores profundos de todas doutrinas econômicas, nos seus conceitos e conexões, os nossos doutorandos estão aptos para aplicarem a sua inteligência ao bem estar coletivo, ao desenvolvimento da nação.

Os nossos bachareis, hoje mesmo, comemoram a sua formatura.

Estão em festas!

"O Acadêmico" se associa à alegria dessa pleiade de moços, dispostos a elevar bem alto o nome do Brasil!

A primeira turma de financistas catarinenses homenagear à duas figuras de grande relêvo: o dr. Luiz Gallotti e o dr. Nerêu Ramos.

O dr. Luiz Gallotti ocupa, no momento, a interventoria Federal. Sua Excia. tem prestigiado os doutorandos de 1945 e com justiça, foi homenageado.

O dr. Nerêu Ramos é o grande amigo dos Acadêmicos de Finanças. Sempre esteve com eles. Amparou-os nos momentos difíceis e os economistas não o olvidaram. O grande estadista, o notável administrador se tornou credor da admiração dos universitários de Santa Catarina que, assim, estão correspondendo à sua confiança.

Os economistas catarinenses prestaram, também, merecida homenagem aos seus professores, ilustres e criteriosos. São homens decididos, sábios do comércio, homens de finanças, educadores que tornam uma geração dinâmica e progressista.

Os primeiros bachareis de Santa Catarina são rapazes de saber, decididos à uma luta pelo método "do sempre melhor".

Eles vencerão, pois independem do meio. Eles farão o seu meio. Eles criarão u'a mentalidade econômica. Eles vencerão porque devem vencer! O Brasil assim o espera!

São os seguintes os primeiros economistas de Santa Catarina: Aécio Cabral Neves, Alfredo Pinheiro, Célio Ferrari, Cristóvão Nunes Pires, Dioscorides de Melo, Elias Mansur Elias, Ernesto Alberto Riggenbach, Ivo Reis Montenegro, José Vieira Dutra, Luiz Eugênio Beirão, Hela Fanny Kather, Mário Laurindo, Nestor Carneiro, Oscar Zommer, Osmar Cunha, Paulo Oto Scheidemann, Procópio Dário Ouriques, Ruben, Lyra, Theobaldo Ulisséa Teixeira, Walter Kuenzer e Wilson Adriani. A todos eles as felicitações de "O Acadêmico".

Professor Orlando Brasil

A primeira turma de bachareis em Ciências Econômicas de Santa Catarina não poderia ter escolhido com melhor felicidade o seu paraninfo.

O professor Orlando Brasil foi, sempre, um batalhador intemerato, a ele se devendo grande parte do atual esplendor da Academia de Comércio de Santa Catarina, onde é professor de todos os cursos.

É um amigo sincero e bom, justo e criterioso, dos estudantes catarinenses.

Conhecedor profundo das ciências financeiras tem representado Santa Catarina em todas representações do gênero.

Contador geral do Estado e Secretário da Fazenda no governo Nerêu Ramos. Candidato à Câmara Federal foi sufragado pelo eleitorado barrigaverde e, no parlamento, con-



tinuará a lutar pela grandeza da terra e da gente catarinense, pela vitória democrática do Brasil.

É um paraninfo que orgulha os primeiros economistas de Santa Catarina.

Dr. Osmar Cunha



Cursando o Ginásio Catarinense, diplomou-se em ciências e letras.

Tornou-se contador cursando a Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

É, também, professor substituto das cadeiras de contabilidade do Curso de Contador.

É funcionário do Banco do Brasil, nesta capital.

Dra. Hela Fanny Kather



A senhorita Hela Fanny Kather, única representante da mulher estudiosa catarinense na primeira turma de Bachareis, em Ciências Econômicas, de Santa Catarina, fez o ginásio no Colégio Coração de Jesus. Completou o curso de Contador na Academia de Comércio onde ingressou em 1940.

Dr. Alfredo Pinheiro



Bacharelou-se em ciências e letras pelo Ginásio Catarinense. Lutou ardorosamente pela vida. Esteve no curso de Contador da Academia de Comércio. Em 1943 fez os exames vestibulares ingressando no Curso Superior de Administração e Finanças.

Dr. Cristóvão Pires

Tem sido um grande batalhador. Obteve o curso ginásial pelo artigo 100, prestando exames em Curitiba.

Submeteu-se a exame vestibular ingressando em 1943 no Curso Superior de Administração e Finanças.

É alto funcionário dos Correios e Telégrafos.

As palavras do professor Orlando Brasil

O professor Orlando Brasil falou assim: "Será um dos momentos mais gratos de minha vida a hora da formatura da Primeira turma de Bachareis em Ciências Econômicas.

Fui e serei sempre um entusiasta das ciências econômicas e financeiras e, na minha qualidade de professor, posso afirmar que o Estado de Santa Catarina terá orgulho desses moços de fé e de boa vontade".

Dr. Aécio Cabral Neves



Fez o curso ginásial no Ginásio Catarinense. Formou-se contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina, ingressando depois no Curso Superior de Administração e Finanças.

Atualmente exerce as funções de chefe da contabilidade da S. A. Comercial Moellmann, um dos maiores estabelecimentos, desta capital.

Dr. Paulo Scheidemann



Como muito outros deve grande parte de seus estudos à Academia de Comércio de Santa Catarina.

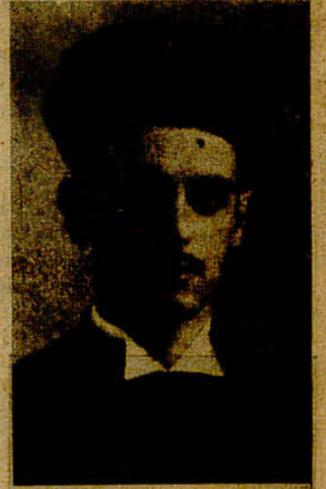
Ali fez os cursos: propedêutico e contador.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

Exerce cargo de relêvo na Carlos Hoepcke S. A. Comércio e Indústria, a maior casa no gênero em Santa Catarina.



Dr. Procópio Dário Ouriques

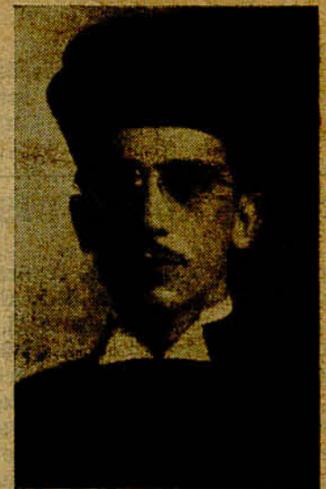


Curso o Ginásio Catarinense. Obteve o diploma de contador, com destaque, na Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

É, no momento, gerente de uma das grandes firmas exportadoras desta capital.

Dr. Walter Kuenzer

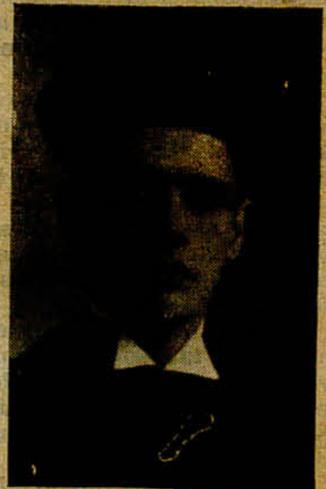


Bacharelou-se em ciências e letras pelo Ginásio Catarinense. Diplomou-se contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina.

Em 1943 ingressou no Curso Superior de Administração e Finanças.

É funcionário do Banco do Brasil S. A., nesta capital.

Dr. Dioscorides de Melo



Fez os cursos Propedêutico e Contador, na Academia de Comércio de Santa Catarina.

Ingressou em 1943 no Curso Superior de Administração e Finanças.